



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XV PALMAS, SEGUNDA-FEIRA, 11 DE ABRIL DE 2005

Nº 1418



MESA DIRETORA

Presidente: Dep. César Halum

1º Vice-presidente: Dep. Carlos Henrique Gaguim

2º Vice-presidente: Dep. Sargento Aragão

1º Secretário: Dep. Angelo Agnolin

2º Secretário: Dep. João Oliveira

3º Secretário: Dep. Fábio Martins

4º Secretário: Dep. José Augusto

Palácio Deputado João D'Abreu - Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO

Comissões Permanentes

Local das Reuniões: Plenarinho

Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia.

Reunião às terças-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Fábio Martins(pres)**, José Augusto(vice), Fabion Gomes, Vicentinho Alves e José Santana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Palmeri Bezerra, Iderval Silva, Valuar Barros, Sargento Aragão e Manoel Bueno.

Comissão de Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes e Desenvolvimento Urbano e Serviço Público.

Reunião às terças-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Eduardo do Dertins(pres)**, Fábio Martins(vice), Iderval Silva, Palmeri Bezerra e Eli Borges.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Manoel Bueno, Carlos Henrique Gaguim, Vicentinho Alves, José Augusto e Sargento Aragão.

Comissão de Cidadania e Direitos Humanos.

Reunião às terças-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados(a): **Eli Borges(pres)**, Sargento Aragão(vice), Palmeri Bezerra, Raimundo Moreira e Solange Duailibe.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Fabion Gomes, Manoel Bueno, José Santana, Paulo Sidnei e Josi Nunes.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Reunião às quartas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados:**Raimundo Moreira(pres)**, Palmeri Bezerra(vice), Dr. Walfredo, Laurez Moreira e José Santana.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Fábio Martins, Vicentinho Alves, Fabion Gomes, Júnior Coimbra e Josi Nunes.

Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Reunião às quartas-feiras, 14h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado(a): **Júnior Coimbra(pres)**, Fabion Gomes(vice), Dr. Walfredo, Josi Nunes e Manoel Bueno.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Palmeri Bezerra, Eduardo do Dertins, Paulo Sidnei e Raimundo Moreira.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente

Reunião às quartas-feiras, 15h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: Dr. **Walfredo (pres)**, Valuar Barros(vice), Vicentinho Alves, Paulo Sidnei e Manoel Bueno.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Carlos Henrique Gaguim, Palmeri Bezerra, José Augusto, Josi Nunes e Hélcio Santana.

Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle.

Reunião às quintas-feiras, 8h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputados: **Hélcio Santana(pres)**, Laurez Moreira(vice), Fabion Gomes, Dr. Walfredo e Paulo Sidnei.

MEMBROS SUPLENTE:

Deputados(a): Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Iderval Silva, Júnior Coimbra e Solange Duailibe.

Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

MEMBROS EFETIVOS:

MEMBROS SUPLENTE:

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Responsável: Diretoria Legislativa
Publicado pela Coordenadoria de Publicações Oficiais da Diretoria de Documentação
Palácio Dep. João D'Abreu, Praça dos Girassóis, s/n - Palmas - TO
CEP 77003-905

Atos Legislativos

MENSAGEM Nº 12/2005

Palmas, 4 de abril de 2005.

Senhor Presidente,

Submeto à apreciação dessa Egrégia Casa de Leis, em regime de urgência, o anexo Projeto de Lei 11/05, que dispõe sobre alterações na Lei 1.543 de 30 de dezembro de 2004.

A propositura, tal qual se apresenta, além do ajuste de questões técnicas e formais dos Anexos da já mencionada Lei, tem o propósito de incluir os programas adiante indicados:

- na Secretaria de Trabalho de Ação Social, Ação 7039, denominada "Concessão de Bolsa Auxílio ao Trabalhador", estratégias de triagem e seleção de trabalhadores desempregados com a finalidade de viabilizar-lhes auxílio financeiro;

- na Secretaria da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ações de Defesa e Inspeção Sanitária Animal e Vegetal permitindo suas implementações em conjunto com a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Tocantins - ADAPEC/TOCANTINS;

- no Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins - RURALTINS, ações com objetivo de distribuição de produtos agrícolas, permitindo a valorização e a organização da agricultura familiar.

A inclusão desses programas resulta, a um só tempo, em alterações nos Anexos III - Programas e Ações; IV - Estratégia de Implementação de Programas e V - Metas e Prioridades da Administração Pública.

Cordialmente,

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 11/2005

Altera a Lei 1.543, de 30 de dezembro de 2004.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO TOCANTINS

Faço saber que a ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS decreta e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Os Anexos III, IV e V da Lei 1.543, de 30 de dezembro de 2004 passam a vigorar na conformidade dos Anexos I, II e III a esta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2005.

Palácio Araguaia, em Palmas, aos 4 dias do mês de abril de 2005; 184º da Independência, 117º da República e 17º do Estado.

MARCELO DE CARVALHO MIRANDA

Governador do Estado

PROJETO DE LEI Nº 15/2005

Torna-se obrigatório a instalação de banheiros e bebedouros d'água, nas Agências Bancárias e Instituições financeiras do Estado do Tocantins e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins decreta:

Art. 1º. Fica, por força da presente Lei, obrigatória a instalação de banheiros e bebedouros d'água, para atendimento aos clientes nas agências bancárias e instituições financeiras, localizadas no Estado do Tocantins.

Parágrafo único. Entende-se por instituições financeiras e bancárias, as que têm relação de crédito e fomento mercantil, tais como: Agências Bancárias, Agências de Empréstimos e Factoring.

Art. 2º. As instituições mencionadas na presente lei, deverão manter em suas estruturas de funcionamento, banheiros para o público, dispondo das seguintes vagas:

I - na Capital: banheiros femininos, com no mínimo 03 (três) vagas, sendo que 01 (uma) vaga adaptada para pessoas portadoras de deficiência locomotora, e no interior do Estado, no mínimo uma com essa adaptação;

II - na Capital: banheiros masculinos, com no mínimo 03 (três) vagas, sendo que 01 (uma) vaga adaptada para pessoas portadoras de deficiência locomotora, e no interior do Estado, no mínimo uma com essa adaptação.

Parágrafo único. Os banheiros deverão ser instalados na área de atendimento ao cliente, com fácil acesso e visualização e, com identificação para uso de pessoas portadoras de deficiência locomotora.

Art. 3º. Os banheiros deverão estar abertos aos clientes, obrigatoriamente, no mesmo horário de atendimento normal da instituição.

Art. 4º. Ficam ainda as instituições mencionadas na presente Lei, obrigadas a instalarem bebedouros d'água, contendo copos descartáveis, para uso dos clientes.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no *caput* deste artigo, os bebedouros deverão ser instalados em lugar de fácil acesso aos clientes.

Art. 5º. As instituições definidas na presente Lei, deverão atender às normas estabelecidas pela Vigilância Sanitária do Município.

Art. 6º. Caberá ao PROCON, a fiscalização das instituições mencionadas na presente lei.

Art. 7º. Fica ainda o PROCON, autorizado a impor as penalidades previstas na Lei nº 8.078/90 do Código de Defesa do Consumidor, caso não haja o cumprimento pelas instituições, do disposto na presente lei.

Art. 8º. Fica estabelecido o prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da data de publicação desta lei, para que as Instituições Financeiras Bancárias se adaptem a presente lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 17 dias do mês março de 2005.

Dr. WALFREDO REIS

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Após constatação de que, no atendimento das Agências Bancárias, não há o cumprimento da "Lei dos 15 minutos" e, conseqüentemente, uma demora de até mais de uma hora, em

determinados casos, julgo a necessidade de proporcionar a comodidade e/ou conforto físico para a comunidade usuária.

Sala das Sessões, aos 17 dias do mês de março de 2005.

Dr. WALFREDO REIS

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 17/2005

Autor: Dep. **João Oliveira**

Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Pastor Pedro Lima Santos.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º. Fica concedido Título de Cidadão Tocantinense ao **Pastor Pedro Lima Santos**.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 29 dias do mês de março de 2005.

JOÃO OLIVEIRA

Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Pedro Lima Santos nasceu em Ipixuna MA, é filho de Manoel Pereira dos Santos e Pedrina Rodrigues Lima, casou-se com Geralda Alves de Sousa Lima, com quem teve cinco filhos: Pedro Lima Filho, Jededias Alves Lima, Jenilde Alves Lima, Gedilson Alves Lima e Jedral Alves de Lima. Formou-se em Teologia, e hoje é Pastor.

O Sr. Pedro Lima entrou para vida cristã em 11 de fevereiro de 1949, na cidade de Lago da Pedra - MA; foi batizado nas águas em 24 de maio de 1961, na cidade de Santa Luzia - MA, e no Espírito Santo, em 13 de maio de 1970.

O homenageado foi chamado para servir como pastor evangélico da Assembléia de Deus em Carmolândia - Araguaína/TO. Em 1972, foi autorizado a Evangelizar. Em 5 de setembro de 1984, foi ordenado Pastor e concluiu o curso em Teologia, pelo Instituto Teológico Pentecostal do Pará.

Em 15 de dezembro de 1995, foi eleito presidente da CIADSETA (Convenção Interestadual das Assembléias de Deus do SETA), com sede em Palmas -TO, com jurisdição nos Estados do Tocantins, Goiás, Bahia, Minas Gerais e no Distrito Federal.

A sua atuação como Presidente da CIADSETA é de grande relevância junto às Igrejas Assembleianas, onde desenvolve um trabalho de organização e funcionamento. Hoje são mais de 981 pastores e 232 igrejas-sedes, que contam com mais de 100.000 (cem mil) fiéis arrolados.

A homenagem que ora se presta é pequena diante da estrutura evangélica do Pastor Pedro Lima Santos, que é extremamente dinâmico na condução de sua vida, pois ao mesmo tempo em que é um pai dedicado, amável, é também um homem de Deus, que muito tem contribuído levando a palavra de Deus aos lugares mais longínquos dos Estados acima mencionados.

Creio que ao conceder o Título de Cidadão Tocantinense ao Pastor Pedro Lima Santos, estaremos enriquecendo também o nosso Estado do Tocantins, eis que mais um filho da magnitude do nosso competente Pastor Pedro Lima será motivo de muito orgulho e honra para todos os demais tocantinenses, desbrava-

dores destes cerrados e rios bravios que se renderam ao progresso e à determinação de um homem forte, íntegro, persistente, honesto e, acima de tudo, dedicado à causa do serviço de Deus, trabalhando diuturnamente na disseminação do Evangelho, tendo como única regra de fé a Bíblia Sagrada.

Por ser de grande relevância conclamamos os dignos pares para a aprovação do Projeto em tela.

Sala das Sessões, aos 29 dias do mês de março de 2005.

JOÃO OLIVEIRA

Deputado Estadual

PROJETO DE LEI Nº 18/2005

Autor: Dep. **Josi Nunes**

Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo de cada Município em publicar semestralmente suas contas na imprensa escrita.

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º. O Chefe do Poder Executivo Municipal fica obrigado a publicar semestralmente, em um meio de comunicação na imprensa escrita, de circulação estadual, as contas da administração pública referentes ao últimos seis meses.

Parágrafo único. A obrigatoriedade prevista no *caput* deste artigo estende-se às autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades com vínculo de subordinação aos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 2º. A divulgação das contas deverão ser realizadas até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março do ano de 2005.

Josi Nunes

Deputada Estadual

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada.

Sob a finalidade precípua da transparência e controle em todos os atos da administração pública é que apresentamos o presente projeto de Lei que versa sobre a obrigatoriedade de publicar na imprensa escrita as contas do Poder Público executadas durante o semestre.

A Lei complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabelece em seu art. 49 " As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.", prevê ainda no § 1º do art. 63 que "A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre"

No entanto, sabemos que os cidadãos não buscam tais informações seja em virtude de algum receio, seja em virtude dos meios burocráticos pelos quais tais informações podem ser obtidas, assim, com o intuito de tornar realmente públicas tais informações é que se faz necessária a publicação das contas públicas na imprensa escrita.

A presente proposta vem atender à necessidade de informação que a sociedade exige e para que não se tenha dúvidas sobre como é gasto o dinheiro público.

Na certeza de contar com o apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março do ano de 2005.

Josi Nunes
Deputada Estadual

PROJETO DE LEI Nº 19/2005

Autor: Dep. **Eli Borges**

Institui no Calendário do Estado do Tocantins o Dia da Reforma Protestante e dá outras providências

A **Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins** decreta:

Art. 1º. Fica instituído no Calendário Oficial do Estado do Tocantins o Dia da Reforma Protestante.

Art. 2º. O dia da Reforma Protestante, será comemorado, anualmente, no dia 31 de outubro.

Parágrafo único. O aludido evento será comemorado na segunda-feira imediatamente posterior, quando coincidir com o domingo.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo máximo de 60(sessenta) dias a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

Parágrafo único. A referida regulamentação deverá priorizar atividades culturais e religiosas alusivas à data, tais como: seminários, simpósios, fóruns, exposições, palestras e afins.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de março de 2005.

ELIBORGES
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Não há como negar a influência dos líderes protestantes em nosso século. Qualquer livro de história que aborde o tema idade média tem, obrigatoriamente, a necessidade de discorrer sobre um dos principais marcos dessa época que veio a ser conhecida como "Reforma Protestante".

Mas o que vem a ser "A Reforma Protestante"? Por que começou? Quais foram as suas principais causas? Quem foram os seus líderes?

Não pretendo ser prolixo ao analisar esse tema, mesmo porque entendo que existem livros abalizados para tratar de forma exhaustiva a respeito. Gostaria, apenas, de fazer uma rápida abordagem sobre o assunto.

Nas últimas décadas da idade média, a igreja ocidental viveu um período de decadência que favoreceu o desenvolvimento do grande cisma do Ocidente, registrado entre 1378 e 1417, e que teve entre suas principais causas a transferência da sede papal para a cidade francesa de Avignon e a eleição simultânea de dois e até de três pontífices. O surgimento do Conciliarismo (doutrina decorrente do cisma que subordinava a autoridade do papa à

comunidade dos fiéis representada pelo Concílio) bem como o nepotismo e a imoralidade de alguns pontífices demonstraram a necessidade de uma reforma radical no seio da igreja.

Por outro lado, já haviam surgido no interior da igreja movimentos reformistas que pregavam uma vida cristã mais consentânea com o Evangelho do Nosso Senhor Jesus Cristo.

Outros movimentos reformistas surgiram em aberta oposição à hierarquia eclesiástica. No século XIV, na Inglaterra, John Wycliffe defendeu as idéias que seriam reconhecidas pelo movimento protestante, tais como a posse do mundo por Deus, a secularização dos bens eclesiásticos, o fortalecimento do poder temporal do rei como vigário de Cristo e a negação da presença corpórea de Cristo na eucaristia.

O estopim para a reforma deu-se em razão da venda de indulgências para a construção da basílica de São Pedro, em Roma. Diante disso, o monge Martinho Lutero resolveu protestar fixando 95 teses condenando o uso das indulgências.

A resposta veio de imediato pelo papa Leão X, com a edição da bula "Exsurge Domine" ameaçando Lutero de excomunhão. Mas já era tarde demais, pois as teses de Lutero já haviam sido distribuídas por toda a Alemanha. Foi chamado a comparecer a dieta de Worms para se retratar de sua posição, porém não se retratou, tampouco abandonou as suas convicções.

Foi na dieta de Spira, em 1529, que os cristãos reformistas foram apelidados pela primeira vez de "protestantes" devido ao protesto que os príncipes alemães fizeram ante o autoritarismo religioso da época.

Nesse período, os ideais da reforma já estavam recrudescendo em diversas partes da Europa como em Zurique, na Suíça, sob o comando de Zuinglio, e na França sob a liderança de João Calvino, entre outros nos Países Baixos.

Martinho Lutero e todos os demais líderes da Reforma Protestante do século XVI adotaram o princípio da religião bíblica, ou seja, a verdadeira religião está baseada nas Escrituras Sagradas, tendo como postulado a autoridade e veracidade da Bíblia, a Palavra de Deus, a única regra de fé e prática.

Na época em que se deu a reforma, a leitura da Bíblia estava completamente vedada aos leigos.

Os reformadores encarregaram-se de traduzir as escrituras e devolvê-la ao povo, tendo como princípios básicos os seguintes:

A única fonte de fé é a Bíblia;

O único meio de salvação é a fé em Cristo, pois os sacramentos e as boas obras não são válidos como meio de se obter a salvação;

A igreja é a simples reunião de crentes que têm todos os mesmos direitos;

O culto consiste na pregação feita pelos Pastores ou Ministros de Deus.

"O justo viverá pela fé", concluiu Lutero que o homem, corrompido em razão do pecado original, só poderia salvar-se pela fé incondicional em Deus.

Somente a fé, e não as obras praticadas, seria o único instrumento capaz de justificar os pecados e de conduzir à salvação, graças à misericórdia divina.

Seu slogan era Sola Scriptura, Sola Fide, Soli Deo Gloria, Solo Christi (Somete as Escrituras, Somente a Graça, Somente a Fé, Só a Deus daí glória, Cristo somente).

A Reforma Protestante representou um dos movimentos históricos fundamentais que marcaram o início dos tempos modernos, sendo motivada por um complexo conjunto de causas que ultrapassaram os limites da mera contestação religiosa à Igreja Católica. Isso porque o homem do século XVI refletia, no plano da religião, toda uma série de descontentamentos que se referiam as suas condições de vida material, tanto no plano político, quanto no social ou econômico.

A Reforma Protestante, é oportuno ressaltar, não foi um acontecimento isolado, porquanto esteve intimamente vinculado à Renascença e ao nascimento da era moderna do século XVI, em todas as formas de expressão do conhecimento humano nas ciências, tecnologias, cultura, artes, música, pintura, economia, relações sociais.

486 anos são passados, e é inegável o grande legado e a inexcusável contribuição da Reforma à história da humanidade.

À guisa de informação, segundo dados do IBGE, o segmento da população evangélica brasileira atinge a marca de 35 milhões, ou seja, 25% da população brasileira, com crescimento médio anual de 5,13% enquanto a população brasileira aumenta apenas de 1,36%.

O dia 31 de outubro foi um marco fundamental da democracia religiosa na sociedade cristã do mundo ocidental. Por isso, é fundamental que todos reflitamos sobre o momento em que a sociedade brasileira vive, de tantas crises de natureza moral, ética, religiosa, econômica, social e política, necessitando resgatar os verdadeiros valores imprimidos pela Reforma Protestante.

Nesse sentido, a presente proposição visa não apenas estabelecer mais um dia a ser comemorado, mas fundamentalmente, aflorar os mais nobres sentimentos de reconhecimento e gratidão àqueles precursores do histórico e magnífico evento conhecido como a Reforma Protestante, em especial, Martinho Lutero considerado um dos principais ícones da religião cristã em todo o mundo.

Ao se instituir o "Dia da Reforma Protestante" no Calendário Oficial do Estado, estaremos celebrando tudo aquilo que visa a essência de Reforma, ou seja, promover a justiça social e combater privilégios.

Pelas razões aqui mencionadas, nada mais justo, portanto, que esta proposição, seja aprovada pelos nobres pares desta Augusta Casa de Leis.

Sala das Sessões, aos 30 dias do mês de março de 2005.

ELIBORGES

Deputado Estadual

Ofício GAB Nº 103/2005

Palmas, 28 de março de 2005

Senhor Presidente,

Apraz-me cumprimentá-lo, ao tempo em que encaminho a Vossa Excelência o PROJETO DE LEI que altera a Lei nº 1.454/2004, que desmembra a Diretoria de Imprensa, Relações Públicas e Cerimonial; que eleva o subsídio do cargo de Diretor-Geral, Assessor Jurídico de Desembargador, Assessor Jurídico da Presidência,

Assessor Jurídico Chefe de Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça e Assessor Jurídico da Corregedoria-Geral da Justiça; e que cria dois cargos de Chefe de Divisão e dois cargos de Chefe de Seção para estruturação deste Sodalício, devidamente aprovado pelo Egrégio Tribunal Pleno, na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 17 de março do fluente ano.

Outrossim, informo a Vossa Excelência que foram realizados estudos de reflexos/impactos na folha de pagamento, e há previsão orçamentária.

Atenciosamente,

Desembargadora **DALVA MAGALHÃES**

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 001/2005

Autor: **Tribunal de Justiça**

Dispõe sobre os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado e seus subsídios

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS.

Faço saber que a **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO TOCANTINS** decreta:

Art. 1º. Os cargos de provimento em comissão do Poder Judiciário do Estado, seus quantitativos, simbologia e níveis de subsídio são os que constam do Anexo I desta Lei.

Art. 2º. O Cargo de Diretor-Geral do Tribunal de Justiça, tem como subsídio o valor de R\$ 6.391,80 (seis mil, trezentos e noventa e um reais e oitenta centavos).

Art. 3º. O Anexo I da Lei 1.454, de 29 de abril de 2004, passa a vigorar conforme Anexo I, da presente Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Justiça Rio Tocantins, em Palmas, aos 17 dias do mês de março do ano 2005, 184º da Independência, 117º da República e 17º do Estado.

Desembargadora **DALVA MAGALHÃES**

Presidente

ANEXO I DO PROJETO DE LEI Nº 001/2005

QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO POR CATEGORIA

DIREÇÃO E ACESSORAMENTO SUPERIOR - DAS			
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO	VALOR
CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	1	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR JURÍDICO CHEFE DE GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	1	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR JURÍDICO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	2	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR JURÍDICO DA PRESIDÊNCIA	4	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR JURÍDICO DE DESEMBARGADOR	36	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR JURÍDICO-ADMINISTRATIVO DA PRESIDÊNCIA	1	DAS - 12	5.100,00
ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO	1	DAS - 5	2.100,00
DIRETOR ADMINISTRATIVO	1	DAS - 7	2.700,00
DIRETOR DE CONTROLE INTERNO	1	DAS - 7	2.700,00
DIRETOR DE INFORMÁTICA	1	DAS - 7	2.700,00
DIRETOR DE PESSOAL E	1	DAS - 7	2.700,00
RECURSOS HUMANOS			
DIRETOR FINANCEIRO	1	DAS - 7	2.700,00
DIRETOR JUDICIÁRIO	1	DAS - 7	2.700,00
DIRETOR DE CERIMONIAL E PUBLICAÇÕES			
COORDENADOR DE APOIO DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	1	DAS - 5	2.100,00
SECRETÁRIO DA CÂMARA CÍVEL	2	DAS - 5	2.100,00
SECRETÁRIO DA CÂMARA CRIMINAL	2	DAS - 5	2.100,00
SECRETÁRIO DO CONSELHO DA MAGISTRATURA	1	DAS - 5	2.100,00
SECRETÁRIO DO TRIBUNAL PLENO	1	DAS - 5	2.100,00
TOTAL DA CATEGORIA			60

CARGOS DE ASSISTÊNCIA DIRETA - CAD			
CARGOS	QUANT.	SÍMBOLO	VALOR
ASSISTENTE DE GABINETE DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	1	CAD -10	900,00
ASSISTENTE DE GABINETE DE DESEMBARGADOR	36	CAD - 10	900,00
ASSISTENTE DE GABINETE DA DIRETORIA-GERAL	2	CAD - 10	900,00
ASSISTENTE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA	2	CAD - 11	1.020,00
ASSISTENTE DE INFORMÁTICA	3	CAD - 11	1.020,00
SECRETÁRIO-TJ	16	CAD - 9	810,00
MOTORISTA DA CORREGEDORIA-GERAL DA JUSTIÇA	1	CAD - 5	450,00
MOTORISTA DE DESEMBARGADOR	12	CAD - 5	450,00
MOTORISTA DA DIRETORIA-GERAL	1	CAD - 5	450,00
MOTORISTA DA PRESIDÊNCIA	2	CAD - 5	450,00
CHEFE DE SEÇÃO	37	CAD - 9	810,00
CONCILIADOR	30	CAD - 11	1.020,00
ASSISTENTE DE JUIZ DE DIREITO	10	CAD - 10	900,00
CHEFE DE DIVISÃO	17	CAD - 11	1.020,00
SECRETÁRIO DE JUÍZO	46	CAD - 7	600,00
TOTAL DA CATEGORIA		216	

Ofício nº 60/2005 - GP/TJ

Palmas, 18 de fevereiro de 2005

Senhor Presidente,

A par de cumprimentá-lo pela atuação frente a Assembléia Legislativa deste Estado, solicito aprovação para realização de doação de bens, classificados por este Tribunal de Justiça como inservíveis, por não se adequarem à atual realidade desta Corte, conforme determina o disposto no art. 19, XIX, da Constituição do Estado:

Art. 19. É da competência privativa da Assembléia Legislativa:

I a XVIII - omissis

XIX - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas ou qualquer outra forma de disposição de bens público. (grifei)

Cordialmente,

Desembargadora **DALVA MAGALHÃES**
Presidente

Ata das Sessões Plenárias**ATA DA 12ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA**

Ata da Décima Segunda Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às doze horas e um minuto, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estava ausente o Senhor Deputado Eduardo Machado. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente colocou em reapreciação a Ata da Sessão Extraordinária número 228ª, por ter equívoco quanto ao anúncio da discussão do Processo, no entanto o assunto e número do Projeto de Lei foi lido correto, a qual, votada, foi aprovada. Em seguida, foram lidas e

aprovadas as Atas das Sessões anteriores e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matéria. Foi apresentado o Projeto de Lei que recebeu o número 16. Na deliberação da Ordem do Dia foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 04/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Concede isenção da Taxa de Serviços Estaduais nas operações tributáveis com soja "in natura" durante o período que especifica", que deu origem ao Processo número 108/2005; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e dezenove minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de dois minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 13ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Terceira Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às doze horas e vinte um minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matéria. Foi apresentado o Requerimento que recebeu o número 902. Foi rejeitada a urgência do Requerimento número 902, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes. Na deliberação da Ordem do Dia foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 04/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Concede isenção da Taxa de Serviços Estaduais nas operações tributáveis com soja "in natura" durante o período que especifica", que deu origem ao Processo número 108/2005, o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e trinta e dois minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 14ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Quarta Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às doze horas e trinta e quatro minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocaninense", o Senhor Presidente

declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 05/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Nordestinos no Tocantins - ASNOTO, a área de terreno urbano que específica", que deu origem ao Processo número 109/2005; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e cinquenta e oito minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 15ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Quinta Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às treze horas e dois minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 03/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Revoga a Lei 1.229, de 08 de junho de 2001", que deu origem ao Processo número 101/2005; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Em seguida, foi anunciado em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 05/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Autoriza o Poder Executivo a doar à Associação dos Nordestinos no Tocantins - ASNOTO, a área de terreno urbano que específica", que deu origem ao Processo número 109/2005; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e dez minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 16ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Sexta Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às treze horas e doze minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estava ausente o Senhor Deputado Eduardo Machado. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 76, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin, que "Concede Título de Cidadã Tocantinense à Senhora Marly de Carvalho Miranda e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 180/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 03/2005, de autoria do Governador do Estado, que "Revoga a Lei 1.229, de 08 de junho de 2001", que deu origem ao Processo número 101/2005; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e dezessete minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

ATA DA 17ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Sétima Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às treze horas e dezoito minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estava ausente o Senhor Deputado Eduardo Machado. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei

número 101, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que "Dispõe sobre o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministram atividades físico-desportivo-recreativas e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 458/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 76, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin, que "Concede Título de Cidadã Tocantinense à Senhora Marly de Carvalho Miranda e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 180/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e vinte e quatro minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Oitava Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às treze horas e vinte e cinco minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em primeira fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 121, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que "Declara de utilidade pública a Associação Educacional Bom Pastor, com sede no município de Palmas, na quadra ARSE 22, QI-N, Lote 03, que deu origem ao Processo número 632/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à segunda e última fase de discussão e votação. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 101, de autoria do Senhor Deputado César Halum, que "Dispõe sobre o funcionamento de clubes, academias e outros estabelecimentos que ministram atividades físico-desportivo-recreativas e dá outras providências", que deu origem ao Processo número 458/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e trinta minutos, convocando Sessão Extraordinária para dentro de um minuto. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Nona Sessão Extraordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezesseis dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às treze horas e trinta e um minutos, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estava ausente o Senhor Deputado Júnior Coimbra. Após a leitura do Texto Bíblico, o Senhor Presidente, com aquiescência dos Líderes, transferiu a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior para a Sessão subsequente. Não havendo expediente a ser lido, matéria a apresentar, nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foi anunciado, em segunda e última fase de discussão e votação, o Projeto de Lei número 121, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que "Declara de utilidade pública a Associação Educacional Bom Pastor, com sede no município de Palmas, na quadra ARSE 22, QI-N, Lote 03, que deu origem ao Processo número 632/2004; o qual, votado, foi aprovado e encaminhado à Secretaria para extração de autógrafo. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às treze horas e trinta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Quarta Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos dezessete dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Fábio Martins, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Santana, Manoel Bueno, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe e Vicentinho Alves. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Dr. Walfredo, Eduardo Machado, José Augusto, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, lida e aprovada a Ata da Sessão anterior, foram lidos e despachados os expedientes: ofício número 177/2005, oriundo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, informando a celebração de convênio com o SEBRAE - Tocantins; ofício número 1771/2005, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de termo aditivo ao convênio com a Fundação Integrar para o Deficiente Físico não Sensorial; ofício número 1669/2005, oriundo da Secretaria de Educação e Cultura, em resposta ao Requerimento número 06/2005, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados justificando suas ausências nas Sessões plenárias: Raimundo Moreira e Valuar Barros, nas Sessões matutina e

vespertina, do dia 10; Josi Nunes e Carlos Henrique Gaguim, nos dias 1º e 02 e, também, no dia 03, nas Sessões matutina e vespertina; Angelo Agnolin e Palmeri Bezerra, nos dias 03 e 10, nas Sessões matutina e vespertina; José Santana, no dia 09 e, também, no dia 10, nas Sessões matutina e vespertina; Dr. Walfredo, no dia 02 e, também, no dia 03, nas Sessões matutina e vespertina, todas referentes ao mês de março. Assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Angelo Agnolin. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 912 a 920. No horário destinado às Comunicações ocuparam a tribuna os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim e Sargento Aragão. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 41, 43, 44, 486, 710, 721, 759, 761, 762, 770, 801 e 802; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e cinqüenta e cinco minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Quinta Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos vinte e dois dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Fábio Martins, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, João Oliveira, José Santana, Josi Nunes, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe e Vicentinho Alves. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Fabion Gomes, José Augusto, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, lida a Ata da Sessão anterior, por falta de quorum, a sua deliberação foi transferida para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: ofício número 18/2005, oriundo do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, informando a transferência de recursos para o Fundo Estadual de Assistência Social do Tocantins; ofício número 594/2005, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de termo aditivo ao convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Ananás; ofício número 58/2005, oriundo da Secretaria do Esporte, informando a celebração de convênio com a Federação Tocantinense de Tênis de Mesa; ofício número 333/2005, oriundo do Ministério do Esporte, encaminhando uma via do Instrumento do 1º Termo Aditivo e uma cópia da publicação, referente ao Convênio número 168/2003, firmado com a Secretaria de Esporte do Tocantins; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados justificando suas ausências nas Sessões plenárias: César Halum, no

dia 02 e Deputado João Oliveira, no dia 03, nas Sessões matutina e vespertina, todas referentes ao mês de março. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 921 a 925 e Projeto de Lei que recebeu o número 16. No horário destinado às Comunicações ocuparam a tribuna os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Manoel Bueno, José Santana e João Oliveira. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 205, 206, 514, 515, 517, 688 a 691, 720, 726, 728, 739, 740, 745, 746, 781, 782, 803, 805, 868, 872, 873 e 894; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Assumiu a Primeira-Secretaria o Senhor Deputado Angelo Agnolin. O Requerimento número 692, de autoria da Senhora Deputada Solange Duailibe, foi rejeitado e encaminhado ao Arquivo. O Requerimento número 755, de autoria do Senhor Deputado Júnior Coimbra, teve a sua discussão e votação adiadas. No horário destinado às Discussões Parlamentares, ocuparam a tribuna os Senhores Deputados Paulo Sidnei e Sargento Aragão. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e dois minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 26ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos vinte e três dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Eli Borges, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão e Vicentinho Alves. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Fábio Martins, Fabion Gomes, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra, Solange Duailibe e Valuar Barros. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores e não havendo expediente a ser lido, passou-se à Apresentação de Matéria. Foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 926 a 931. No horário destinado às Comunicações os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Assumiu a Segunda-Secretaria o Senhor Deputado José Augusto. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 207, 331, 760, 764, 821, 824, 825 e 862; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e trinta e oito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 27ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número le-

gal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eli Borges, Fábio Martins, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estavam ausentes os Senhores Deputados: Eduardo Machado, Fabion Gomes, José Santana e Solange Duailibe. Após a leitura do Texto Bíblico, lida a Ata da Sessão anterior, por falta de quorum, a sua deliberação foi transferida para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 11/2005, de autoria do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 10/2005, que "Altera a Lei número 1.534, de 29 de dezembro de 2004 e adota outras providências"; Projeto de Lei número 16/2005, de autoria do Senhor Deputado Paulo Sidnei, que "Cria o Parque Estadual Lago Azul, no município de Araguaína e dá outras providências"; ofício número 547/2005, oriundo da Chefia de Gabinete do Governador, em resposta ao Requerimento número 635/2005, de autoria dos Senhores Deputados Palmeri Bezerra e Sargento Aragão, encaminhando cópia do ofício número 22/2005, do Comandante Geral da Polícia Militar; ofício número 703/2005, oriundo do Ministério da Justiça, informando a celebração de convênio com o Estado do Tocantins, para a construção da Penitenciária de Araguaína; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados, justificando suas ausências nas Sessões plenárias: Vicentinho Alves e Solange Duailibe nos dias 1º, 02 e nos dias 03 e 10, nas Sessões matutina e vespertina; Fábio Martins e Iderval Silva, no dia 03, na Sessão vespertina; Vicentinho Alves e Fábio Martins, no dia 09; Iderval Silva, no dia 15; João Oliveira e Josi Nunes, no dia 17, todas referentes ao mês de março. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 932 a 967 e Projetos de Lei que receberam os números 17 e 18. No horário destinado às Comunicações ocuparam a tribuna os Senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Sargento Aragão, Eduardo do Dertins, João Oliveira e Eli Borges. Em seguida, com aquiescência dos Líderes, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por uma hora, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 332 a 334, 457, 699, 704, 707, 711, 717, 725, 750, 751, 765, 775, 776, 783, 786 a 789, 791, 797, 807, 826, 827, 832, 834, 836 e 837; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Em seguida, o Senhor Presidente, de ofício, prorrogou a Sessão por uma hora. Logo após, o Senhor Presidente convocou os Senhores Deputados para se reunirem para a instalação e eleição dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, conforme a leitura do Decreto Administrativo número 263, de 28 de março de 2005, que designa os membros efetivos e suplentes para comporem as seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Cidadania e Direitos Humanos; Comissão de Desenvolvimento Rural, Cooperativismo, Ciência, Tecnologia e Economia; Comissão de Educação, Cultura e Desporto e Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e treze minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

ATA DA 28ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Oitava Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, secretariado pelos Senhores Deputados: Josi Nunes, Primeiro-Secretário e Júnior Coimbra, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum e Solange Duailibe. Assumiram a Primeira e Segunda-Secretaria os Senhores Deputados Angelo Agnolin e João Oliveira, respectivamente. Após a leitura do Texto Bíblico, lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores, foram lidos e despachados os expedientes: mensagem número 9/2005, de autoria do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 08/2005, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder direito de uso que específica"; mensagem número 10/2005, de autoria do Governador do Estado, encaminhando Projeto de Lei número 09/2005, que "Autoriza o Poder Executivo a conceder direito de uso que específica"; Projeto de Lei número 17/2005, de autoria do Senhor Deputado João Oliveira, que "Concede Título de Cidadão Tocantinense ao Pastor Pedro Lima Santos"; Projeto de Lei número 18/2005, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Executivo de cada município em publicar semestralmente suas contas na imprensa escrita"; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados, justificando suas ausências nas Sessões plenárias: Eduardo do Dertins e Laurez Moreira, nos dias 03 e 17, na Sessão vespertina; Dr. Walfredo, Júnior Coimbra e Palmeri Bezerra, no dia 17, nas Sessões matutina e vespertina; Valuar Barros e José Augusto, no dia 17, na Sessão vespertina; Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, José Augusto, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra e Valuar Barros, no dia 22; Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Júnior Coimbra, Palmeri Bezerra e Valuar Barros, no dia 23, todas referentes ao mês de março. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 968 a 987 e Projeto de Lei que recebeu o número 19. Em seguida, foi aprovada a urgência do Requerimento número 966, de autoria da Comissão Executiva. No horário destinado às Comunicações ocuparam a tribuna os Senhores Deputados: Josi Nunes, Angelo Agnolin e José Santana. Em seguida, com aquiescência dos Líderes, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por trinta minutos, reabrindo-a às onze horas e cinquenta e quatro minutos. Logo após, o Senhor Presidente, de ofício, suspendeu a Sessão por até uma hora, reabrindo-a às doze horas e trinta e oito minutos. Com a anuência dos Senhores Líderes, a deliberação da Ordem do Dia foi transferida para a Sessão subsequente. Em seguida, o Senhor Presidente colocou em votação o Requerimento número 987/2005, de autoria do Senhor Deputado Laurez Moreira, que "Requer convocação de Sessão Extraordinária, dispensando-se todos os interstícios regimentais, para apreciação dos Processos números: 127/2005, 128/2005, 141/2005, 151/2005 e 152/2005; o qual votado, foi aprovado. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às doze horas e quarenta e um minutos, convocando Sessão Extraordinária para as dezessete horas. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

ATA DA 29ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Nona Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e Eduardo Machado, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, José Santana, Júnior Coimbra, Manoel Bueno, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe e Valuar Barros. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, João Oliveira, José Augusto, Josi Nunes, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico e por falta de quorum a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior foi transferida para a Sessão subsequente. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: Projeto de Lei número 19/2005, de autoria do Senhor Deputado Eli Borges, que "Institui no calendário do Estado do Tocantins o Dia da Reforma Protestante e dá outras providências"; ofício número 249/2005, oriundo da Secretaria da Fazenda, encaminhando o Demonstrativo da Receita Corrente Líquida, referente ao mês de fevereiro/2005; ofício número 337/2005, oriundo da Caixa Econômica Federal, informando a alteração contratual do contrato número 093.752-41, celebrado com a SEINF; ofício número 1770/2005, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de convênio com o Banco do Brasil; ofício número 620/2005, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração do 2º Termo Aditivo ao Convênio com a Prefeitura de Itaporã; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados, justificando suas ausências nas Sessões plenárias: Fabion Gomes, nos dias 22, 23 e 29; José Santana, no dia 29; Solange Duailibe, nos dias 23, 29 e 30; Vicentinho Alves, no dia 31, todas referentes ao mês de março. Não havendo matéria a apresentar nem oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, passou-se à deliberação da Ordem do Dia. Foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 966, 335, 336, 724, 752, 769, 777, 818, 840, 841, 845, 847, 848, 866, 878 e 899; os quais, votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. Não havendo oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às nove horas e dezoito minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 30ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Trigésima Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às quinze horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, Júnior Coimbra,

Manoel Bueno, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe. Estavam ausentes os Senhores Deputados: César Halum, Dr. Walfredo, Fábio Martins, Fabion Gomes, José Santana, Josi Nunes, Laurez Moreira, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico a leitura e deliberação da Ata da Sessão anterior foi transferida para a Sessão subsequente por falta de quorum. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: telegrama enviado pelo Senador Senhor Leomar Quintanilha, em resposta ao Requerimento número 742/2005, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin e outros; ofício número 93/2005, oriundo da Caixa Econômica Federal, informando que foram instalados nove Correspondentes Bancários no Estado; ofício número 860/2005, oriundo do Gabinete do Deputado Federal Ronaldo Dimas, em resposta ao Requerimento número 742/2005, de autoria do Senhor Deputado Angelo Agnolin e outros, encaminhando cópias de apresentação de emendas à Medida Provisória número 232, de 30 de dezembro de 2004; ofícios números: 1805 a 1807 e 1920 a 1922/2005, oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de termo de convênio com as Associações de Apoio aos Colégios Estaduais: Professora Ranulfa, Francisco H. de Santana, D. Filomena M. Paula, Campos Brasil, Adolfo Bezerra de Menezes e Centro de Ensino Médio Ary R. Valadão Filho, respectivamente; ofícios oriundos dos gabinetes dos Senhores Deputados, justificando suas ausências nas Sessões plenárias: Eduardo Machado, nos dias 1º, 15, 17, 22, 23 e 29, nas Sessões matutinas e nos dias 3, 10 e 17, nas Sessões vespertinas; Laurez Moreira, no dia 31, nas Sessões matutina e vespertina, todas referentes ao mês de março. Não havendo matéria a apresentar e oradores inscritos no horário destinado às Comunicações, nem quorum para deliberação da Ordem do Dia e oradores inscritos no horário destinado às Discussões Parlamentares, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às quinze horas e dez minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário Presidente 2º Secretário

ATA DA 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Trigésima Primeira Sessão Ordinária da Quinta Legislatura, realizada aos cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e cinco, às nove horas, no plenário desta Casa de Leis, nesta Capital; presidida pelo Senhor Deputado César Halum, secretariado pelos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Primeiro-Secretário e João Oliveira, Segundo-Secretário. "Sob a proteção de Deus, havendo número legal e em nome do povo tocantinense", o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão com a presença dos Senhores Deputados: Angelo Agnolin, Carlos Henrique Gaguim, Dr. Walfredo, Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Eli Borges, Fábio Martins, Fabion Gomes, Iderval Silva, João Oliveira, José Augusto, José Santana, Josi Nunes, Júnior Coimbra, Laurez Moreira, Manoel Bueno, Palmeri Bezerra, Paulo Sidnei, Raimundo Moreira, Sargento Aragão, Solange Duailibe, Valuar Barros e Vicentinho Alves. Após a leitura do Texto Bíblico assumiu a presidência o Senhor Deputado Carlos Henrique Gaguim. Logo após, foram lidas e aprovadas as Atas das Sessões anteriores. Reassumiu a presidência o Senhor Deputado César Halum. Em seguida, foram lidos e despachados os expedientes: ofício número 84/2005, oriundo da Secretaria do Esporte, informando a celebração de Termo de Convênio com a Federação Tocantinense de Futebol, tendo por objeto a cooperação técnica e financeira para subsidiar a participação dos clubes profissionais de futebol, nos eventos oficiais do ano de 2005; ofícios números 226 e 227/2005, oriundos da Secretaria do Trabalho e Ação

Social, informando a celebração de Termos Aditivos aos Convênios firmados com a Associação Educacional Cantinho da Criança e a Associação das Costureiras de Araguaína, tendo por objeto a alteração de cláusulas do contrato original, respectivamente; ofício número 725/2005, oriundo da Secretaria da Saúde, informando a celebração de Termo Aditivo ao Convênio firmado com a Sociedade Beneficente Hospitalar e de Assistência Social Nossa Senhora do Carmo de Pium-TO, tendo por objeto a prorrogação do prazo de vigência; ofícios números 2143 e 2144/2005, oriundos da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termos Aditivos aos Convênios firmados com a Instituição Beneficente Irmã Dulce e a creche Espírita Joana D'Arc, tendo como objeto a prorrogação do prazo de vigência, respectivamente; ofício número 2145/2005, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura, informando a celebração de Termo de Convênio com o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Tocantins - SESI, tendo como objeto o atendimento de alfabetizando jovens e adultos, inscritos na 3ª Etapa do Projeto SESI - por um Brasil Alfabetizado; ofício número 2191/2005, oriundo da Secretaria da Educação e Cultura em resposta ao Requerimento número 330/2005, de autoria da Senhora Deputada Josi Nunes. Na Apresentação de Matéria foram apresentados os Requerimentos que receberam os números: 991 a 1015 e Projeto de Lei que recebeu o número 20. No horário destinado às Comunicações, ocuparam a tribuna os Senhores Deputados Sargento Aragão e Carlos Henrique Gaguim. Em seguida, com aquiescência dos Líderes, o Senhor Presidente suspendeu a Sessão por vinte minutos, reabrindo-a às dez horas e quarenta e três minutos. Na deliberação da Ordem do Dia foram anunciados, em fase única de discussão e votação, os Requerimentos números: 337, 778, 784, 785, 790, 813, 792, 793, 798, 860, 867 e 919, os quais votados, foram aprovados e encaminhados à Secretaria para providenciar. No horário destinado às Discussões Parlamentares, os Senhores Deputados inscritos declinaram do uso da palavra. Em seguida, o Senhor Presidente encerrou a Sessão às onze horas e trinta e seis minutos, convocando Sessão Ordinária para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que lida e aprovada será assinada pela Comissão Executiva.

1º Secretário

Presidente

2º Secretário

Ata das Comissões

ATA DA 137ª REUNIÃO CONJUNTA

Ata da Centésima Trigésima Sétima Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, da Quinta Legislatura, realizada aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às onze horas, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Fábio Martins, Iderval Silva, Palmeri Bezerra, Eli Borges, Vicentinho Alves, Laurez Moreira, Josi Nunes e Manoel Bueno. Estavam ausentes os senhores Deputados: Eduardo do Dertins, Eduardo Machado, Dr. Walfredo, Fabion Gomes, José Santana e Paulo Sidnei. O senhor Presidente, Deputado Raimundo Moreira, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura das Atas das Reuniões anteriores que, após lidas e aprovadas foram subscritas pelos senhores membros. Não houve Expediente. Na Distribuição de Matérias, o senhor Deputado Laurez Moreira foi nomeado relator do Processo número 127/2005; o senhor Deputado Palmeri Bezerra foi nomeado relator do Pro-

cesso número 128/2005 e o senhor Deputado Fábio Martins foi nomeado relator do Processo número 141/2005. Não houve Devolução de Matérias nem Ordem do Dia. Foi encerrada esta Reunião, convocando-se outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada.

ATA DA 138ª REUNIÃO CONJUNTA

Ata da Centésima Trigésima Oitava Reunião Conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação; Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle e Administração, Trabalho, Defesa do Consumidor, Transportes, Desenvolvimento Urbano e Serviço Público, da Quinta Legislatura, realizada aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às dez horas e trinta minutos, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Raimundo Moreira, Eduardo do Dertins, Fábio Martins, Palmeri Bezerra, Eli Borges, Laurez Moreira, Josi Nunes, Eduardo Machado, Dr. Walfredo, Fabion Gomes, José Santana e Paulo Sidnei. Estava ausente o senhor Deputado: Iderval Silva. O senhor Presidente, Deputado Raimundo Moreira, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, após lida e aprovada foi subscrita pelos senhores membros. Não houve Expediente. Na Distribuição de Matérias, o senhor Deputado Dr. Walfredo foi nomeado relator dos Processos números: 151/2005 e 152/2005. Não houve Devolução de Matérias nem Ordem do Dia. Foi encerrada esta Reunião, convocando-se outra para dentro de cinco minutos. Para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Segunda Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da Quinta Legislatura realizada aos dezessete dias do mês de novembro de dois mil e quatro, às dezesseis horas, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Manoel Bueno, Dr. Walfredo, Júnior Coimbra e Sargento Aragão. Estavam ausentes os senhores Deputados: Carlos Henrique Gaguim e Paulo Sidnei. O senhor Presidente, Deputado Dr. Walfredo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior, que após lida e aprovada foi subscrita pelos membros presentes. Não houve Expediente nem Distribuição de Matérias. Na Devolução de Matérias, o senhor Deputado Júnior Coimbra devolveu o Processo número 533/2004, e o senhor Deputado Sargento Aragão devolveu o Processo número 532/2004, todos devidamente relatados. Na Ordem do Dia, foram lidos e aprovados os pareceres dos relatores, referentes aos processos acima citados e encaminhados ao Plenário. Foi encerrada esta Reunião, convocando-se outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Terceira Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da Quinta Legislatura realizada aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às quinze horas e vinte e cinco minutos, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Manoel Bueno, Dr. Walfredo, Júnior Coimbra e Paulo Sidnei. Estava ausente o senhor Deputado: Carlos Henrique Gaguim. O senhor Presidente, Deputado Dr. Walfredo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com anuência dos líderes foi transferida para reunião subsequente. Não houve Expediente. Na Distribuição de Matérias, o senhor Deputado Paulo Sidnei, foi nomeado relator do Processo número 625/2004.

Não houve Devolução de Matérias nem Ordem do Dia. Foi encerrada esta Reunião, convocando-se outra para dentro de cinco minutos. Para constar lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada.

ATA DA 14ª. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Ata da Décima Quarta Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da Quinta Legislatura realizada aos vinte e um dias do mês de dezembro de dois mil e quatro, às quinze horas e trinta minutos, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Manoel Bueno, Dr. Walfredo, Júnior Coimbra Paulo Sidnei. Estava ausente o senhor Deputado: Carlos Henrique Gaguim. O senhor Presidente, Deputado Dr. Walfredo, declarou aberta a Reunião e solicitou a leitura da Ata da Reunião anterior que, com anuência dos líderes foi transferida para reunião subsequente. Não houve Expediente nem Distribuição de Matérias. Na Devolução de Matérias o senhor Deputado Paulo Sidnei devolveu o Processo número 625/2004. Na Ordem do Dia foi lido e aprovado o parecer do relator e posteriormente encaminhado ao Plenário. Foi encerrada esta Reunião, convocando-se outra para dia e hora regimentais. Para constar lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada.

ATA DA 1ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Ata da Primeira Reunião Ordinária da Comissão de Finanças, Tributação, Fiscalização e Controle, da Quinta Legislatura, realizada aos dez dias do mês de março de dois mil e cinco, às oito horas, nesta Capital. Compareceram ao Plenarinho os senhores Deputados: Eduardo Machado, Fabion Gomes, Paulo Sidnei, Dr. Walfredo, Manoel Bueno e Laurez Moreira. Embora não sendo membros desta Comissão se fizeram presentes nesta reunião os senhores Deputados: Fábio Martins e Sargento Aragão. O senhor Presidente, Deputado Eduardo Machado declarou aberta a Reunião e convidou para compor a Mesa os senhores: Lívio William Reis de Carvalho, Secretário de Planejamento e Meio Ambiente e Nilton Gonçalves Barbosa, Presidente do IGEPREV. Logo após, o senhor Presidente passou a palavra ao senhor Secretário de Planejamento e Meio Ambiente, Lívio William Reis de Carvalho, que prestou os esclarecimentos concernentes ao relatório de "Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Terceiro Quadrimestre de 2004". Fez também uso da palavra o senhor Nilton Gonçalves Barbosa, que prestou breves esclarecimentos sobre o IGEPREV, Instituto de Gestão Previdenciária e Plansaúde. Fizeram uso da palavra os senhores Deputados: Paulo Sidnei, Manoel Bueno e Sargento Aragão. O Senhor Presidente desta Comissão fez as considerações finais e encerrou a Reunião, convocando-se outra para dia e hora regimentais. Para constar, lavrou-se a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada.

Atos Administrativos

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 226/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº

201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a disposição da servidora **Lúcia Helena de Godoy**, matrícula nº 402-2, pertencente ao quadro de pessoal efetivo desta Casa de Leis, a fim de que continue prestando serviços na Câmara dos Deputados, junto ao Gabinete do Deputado **Michel Temer**, sem ônus para o órgão de origem, inclusive o recolhimento previdenciário, até 31 de dezembro de 2005.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 21 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

DECRETO ADMINISTRATIVO Nº 264/2005

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com o artigo 3º da Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR **Eliene Pereira de Souza**, do cargo, em comissão, de Secretário Legislativo, e NOMEAR **Marciane Araújo da Silva**, para exercer o cargo em comissão, de Secretário Legislativo na Vice-Liderança do Bloco União do Tocantins, no gabinete do Deputado **Manoel Bueno**, surtindo seus efeitos de 1º de abril de 2005.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 097/05-P

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar no Gabinete do Deputado **César Halum**, o servidor **Acilon Pereira de Andrade**, Assistente Legislativo, matrícula nº 225, pertencente ao quadro efetivo deste Poder, surtindo seus efeitos a partir de 1º de abril de 2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 29 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 098/05 - P

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições constitucionais, de con-

formidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

Considerando que o servidor **Aluizo Tavares Cardoso**, matrícula nº 4148, Diretor de Serviços Gerais e Comunicações Administrativas, encontrar-se a afastado do trabalho e de suas funções normais por motivo de férias,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR para responder pela referida função o servidor **Elionardo Batista Costa**, matrícula nº 638, no período de 04 de abril a 03 de maio de 2005.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 100/05 - P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

Considerando a manifestação do Presidente da CPL em folha 27, sugerindo a inexigibilidade de Licitação à luz do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

Considerando o Parecer nº 027/05 da Diretoria Jurídica desta Casa de Leis, às folhas 28 a 31 do processo nº 0111/2005;

Considerando ainda, tratar-se de serviços de natureza institucional e da impossibilidade da competição entre as empresas aptas à realização dos serviços solicitados pela Diretoria de Comunicação deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º. INEXIGIR a licitação com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contratando a empresa Rádio Som Gurupi Ltda., CNPJ nº 01.064.278.0001-95, para veiculação de programa institucional na "Rádio Som de Gurupi", pelo período de 9 (nove) meses, tendo início em 1º de abril e término em 31 de dezembro de 2005, no valor mensal de R\$ 2.178,00 (dois mil, cento e setenta e oito reais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CESAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 101/05 - P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

Considerando a manifestação do Presidente da CPL em folha 28, sugerindo a inexigibilidade de Licitação à luz do artigo 25, *caput*, da Lei nº 8.666/93;

Considerando o Parecer nº 028/05 da Diretoria Jurídica desta Casa de Leis, às folhas 29 a 32 do processo nº 0112/2005;

Considerando ainda, tratar-se de serviços de natureza institucional e da impossibilidade da competição entre as empresas aptas à realização dos serviços solicitados pela Diretoria de Comunicação deste Poder,

RESOLVE:

Art. 1º. INEXIGIR a licitação com fulcro no artigo 25, *caput*, da Lei Federal, nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contratando a Associação Comunitária de Ananás, CNPJ nº 25.061.680.0001-84, para veiculação de programa institucional na "Rádio Comunitária Cidade FM de Ananás", pelo período de 9 (nove) meses, tendo início em 1º de abril e término em 31 de dezembro de 2005, no valor mensal de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor nesta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, aos 31 dias do mês de março de 2005.

Deputado **CESAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 102/05-P

O **Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições constitucionais, de conformidade com o artigo 28 do Regimento Interno, (Resolução nº 201, de 18 de setembro de 1997), e em consonância com a Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. Lotar no Gabinete do Deputado **Valuar Barros**, a servidora **Devanira Cássia de Freitas**, Agente de Segurança, matrícula nº 202, pertencente ao quadro efetivo deste Poder, a partir desta data.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, ao 1º dia do mês de abril de 2005.

Deputado **CÉSAR HALUM**
Presidente

PORTARIA Nº 053/05 - SG

O **Secretário Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins**, no uso de suas atribuições legais, e em consonância com o disposto no art. 12, da Resolução nº 220, de 27 de dezembro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º. LOTAR a servidora **Marilete Lopes Ribeiro**, matrícula nº 458, na Coordenadoria de Comunicação Administrativa - COCOA.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Secretário-Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins, ao 1º dia do mês de abril de 2005.

Antônio Lopes Braga Júnior
Secretário Geral



Vasos, pratinhos e plantas
que acumulam água.
É aí que mora o perigo!

Dengue

Acabe com esse perigo na sua casa.